



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2022 – PE 24/2022

ATA CELEBRADA ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA E
A LIZ PARA COMERCIO E SERVICOS LTDA NA FORMA ABAIXO.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA**, Autarquia Especial de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação, sediada no Campus Universitário do Guamá, à Rua Augusto Corrêa, nº. 01, na Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita sob o CNPJ nº. 34.621.748.0001-23, doravante denominada de **UFPA**, neste ato representada pelo **Magnífico Reitor, Prof. Dr. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO**, designado pelo Decreto Presidencial de 13 de Outubro de 2020, portador do CPF nº. 153.515.992-87, e RG nº. 154426-6 SSP/PA e **LIZ PARA COMERCIO E SERVICOS LTDA** com endereço na cidade de belém, Estado Pará, na Av Dr. Freitas, nº. 1115, bairro Pedreira, inscrita sob o CNPJ nº. 41.081.966/0001-88, doravante denominada **EMPRESA FORNECEDORA**, neste ato representada por **LEUDICY MARIA DE SOUZA LEÃO**, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 395.518.142-15, e da RG nº 1983435 SSP - PA, resolvem celebrar a presente Ata, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 24/2022, para Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO, constante do Processo nº 23073.012410/2022-69**, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (*e suas alterações*), Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 (*e suas alterações*) e os Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, nº 3.722 de 9 de janeiro de 2001, nº 7.746/2012 de 5 de junho de 2012 (*e suas alterações*), nº 7.892/2013 de 23 de janeiro de 2013 (*e suas alterações*), nº 8.538 de 6 de outubro de 2015, nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, e das demais normas legais aplicáveis vigentes, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGISTRO

Constitui objeto desta Ata o Registro de Preços: Aquisição de Produtos de Limpeza e Descartáveis - Diversos, para atender as necessidades do Restaurante Universitário da UFPA

ÓRGÃO GERENCIADOR – UFPA UASG 153063						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	FABRICANT E	QUANT. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 6						



Universidade Federal do Pará
Pró-Reitoria de Administração
Diretoria de Compras e Serviços

PROAD

25	DESENGORDURANTE composto de tensoativos iônicos e não iônicos, hidróxido de sódio e potássio. Solventes glicólicos sintéticos oxitilenados inibidores de corrosão. pH levemente alcalino, porém tamponado com comportamento de neutro e estabilizantes. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial.	Recipiente com 5 L	PROKITCHÉ N	12	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
26	DESINCRUSTANTE ORTOFOSFÓRICO utilizado para remoção de incrustações ferruginosas, silicosas e calcárias em equipamentos como máquina de lavar utensílios. Matéria ativa maior que 25% PP, pH ácido, densidade de 1,2 a 1,3 g/L. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial.	Recipiente com 5 L	AC10	12	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
27	DESINCRUSTANTE, DESENGRAXANTE E DESENGORDURANTE PARA FORNOS, CHAPAS E FOGÕES composto de tensoativos e hidróxidos de metais alcalino- terrosos (sódio e potássio), pH alcalino e densidade 1,2	Recipiente com 5 L	PROKITCHÉ N	24	R\$ 150,00	R\$ 3.600,00



	g/ml. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial.					
28	DETERGENTE EM PÓ para limpezas diversas. Composição mínima: tensoativo, perfume, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, branqueador ótico e corante, biodegradável, aromatizado, na cor de coloração azulada. Acondicionado em embalagem plástica contendo 5 Kg, com rótulo, fabricante e responsável técnico. Registro no órgão competente. Para uso industrial.	Embalagem com 5 Kg	FACILITA	60	R\$ 80,00	R\$ 4.800,00
29	DETERGENTE LÍQUIDO BIODEGRADÁVEL NEUTRO contendo linear alquil sulfatos de alcanolaminas, dietanolamida de ácido graxo de óleo de coco natural, sequestrantes à base de fosfanatos e emulsionantes. Matéria ativa= 10 a 12 %, pH neutro. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial.	Recipiente com 5 L	GOLD	1440	R\$ 50,00	R\$ 72.000,00



30	LIMPADOR À BASE DE TENSOATIVOS ÁCIDO FOSFÔNICO E ÁCIDO PIROFOSFÓRICO para remover incrustações, oxidações e outras manchas de pisos, rejuntas, sanitários e etc.	Recipiente com 5 L	CONCENTRAX	60	R\$ 220,00	R\$ 13.200,00
----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	------------	----	------------	---------------

VALOR TOTAL LOTE 6: (Noventa e sete mil oitenta reais)

R\$ 97.080,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	FABRICANTE	QUANT. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----------	-------	------------	--------------	----------------	-------------

LOTE 8

33	LIMPADOR DE CONTATOS ELÉTRICOS solvente de graxas e óleos, com princípio ativo de hidrocarbonetos alifáticos solventes sintéticos. Alto poder de penetração para desagregação de sujidades aderidas às superfícies com pontos elétricos. Composição não tóxica, adequada ao uso na indústria de alimentos.	Recipiente com 5 L	ELETRIC SL	60	R\$ 182,00	R\$ 10.920,00
----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	------------	----	------------	---------------

34	DESINFETANTE ASSÉPTICO PARA SANITÁRIOS produto à base de aldeído fórmico e componentes germicidas e tensoativos. Produto para desodorizar sanitários pelo mecanismo de destruição química de bactérias e dissolução química de resíduos fecais. Material não corrosivo.	Recipiente com 5 L	MAX	504	R\$ 100,00	R\$ 50.400,00
----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------	-----	-----	------------	---------------

VALOR TOTAL LOTE 8: (Sessenta e um reais trezentos e vinte reais)

R\$ 61.320,00



VALOR TOTAL GERAL: (Cento e cinquenta e oito mil quatrocentos reais)

R\$ 158.400,00

O valor GLOBAL DESTA ATA SERÁ DE: R\$ 158.400,00 (Cento e cinquenta e oito mil quatrocentos reais)

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O Prazo para a Entrega do(s) Item(ns), **será de acordo com o cronograma de pedidos do RU/UFPA**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, no Almoxarifado do Restaurante Universitário da UFPA, de 2ª a 6ª no horário de 07h00 às 10h00 ou de 14h00 às 17h00, de acordo com o cronograma de pedidos da DISAE/Restaurante Universitário, devendo o mesmo ser conferido pelo setor competente, que atestará a regularidade da entrega.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Será registrado em Ata de Formação do Cadastro de Reserva os licitantes que nos termos do artigo 11 do decreto nº 7.892/2013, aceitarem cotar o objeto deste certame com preço igual ao do(s) vencedores da licitação (caso houver algum registro).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE DOS PREÇOS

Esta Ata é documento vinculativo a Ata de Registro de Preços do sitio Comprasnet.gov.br, com característica de compromisso para futura contratação, **terá vigência de 06 (seis) meses**, prorrogáveis por até 6 (seis) meses a partir da anuência de ambas as partes a contar da data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no DOU.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços do sitio Comprasnet.gov.br, a UFPA não estará obrigada a contratar o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa vencedora, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A partir da Homologação da Ata de Registro de Preços, a empresa vencedora assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, o objeto da Ata e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A contratação decorrente deste Registro de Preço será formalizada por Autorização de Fornecimento, que será enviada à empresa vencedora por fax ou e-mail pela UFPA. Na nota fiscal deverá conter obrigatoriamente o prazo de garantia do produto ofertado.

SUBCLÁUSULA QUARTA: Com a assinatura da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, estará caracterizado o compromisso com o objeto desta Licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DESTE REGISTRO DE PREÇO E ORGÃOS PARTICIPANTES

O Órgão gerenciador deste Registro de Preço será a UFPA (UASG 153063) através de sua Subunidade Fiscalizadora. NÃO HOUVE ÓRGÃO PARTICIPANTE.



CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE POR ÔNUS E ENCARGOS

Serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, na forma do art.71 da Lei nº 8.666/93, os salários dos seus empregados e todos os encargos previstos pelas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e sociais, inclusive os relacionados a acidentes de trabalho, impostos, gratificações, etc., resultantes, direta ou indiretamente, da execução desta Ata e ainda por multas que vierem a ser aplicadas por infração aos dispositivos legais, regulamentares e contratuais, por parte da empresa, ou em virtude de qualquer ato ou omissão de seus prepostos subcontratados.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A inadimplência da empresa, com referência aos ônus ou encargos especificados nesta cláusula, não transfere à UFPA a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da Ata ou restringir a apropriação do resultado alcançado.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: O pessoal que a empresa vencedora empregar para a execução do fornecimento ora avençado não terá vínculo de qualquer natureza com a UFPA e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da empresa. Na eventual hipótese de vir a UFPA a ser demandada judicialmente, a empresa a ressarcirá de qualquer despesa que em decorrência vier a pagar, inclusive àquelas oriundas de deslocamento efetuados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.
II- Descumprir prazos estabelecidos pelo pregoeiro durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance , sem justificativa, durante a sessão pública ou não mantiver a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	6. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 7. Comunicar ao Ministério Público Federal para apurações de sanções de ordem penal.



Universidade Federal do Pará
Pró-Reitoria de Administração
Diretoria de Compras e Serviços

PROAD

VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	9. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 10. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	11. Advertência; 12. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	13. Advertência; 14. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 15. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	16. Advertência; 17. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	18. Advertência; 19. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 20. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital durante a licitação ou contratação, quando solicitado.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regimento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 23. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	24. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 26. Comunicar ao Ministério Público Federal.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados , quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual	27. Impedimento de licitar com a UFPA pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato , em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com a União por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	30. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos. 31. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.



Universidade Federal do Pará
Pró-Reitoria de Administração
Diretoria de Compras e Serviços

PROAD

XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	32. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 1 (um) ano. 33. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e de pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da UFPA, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal pelo período de 5 (cinco) ano.
XXII- Descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade aceitas e declaradas.	35. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XXIII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	36. Declaração de inidoneidade.
XXIV- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	37. Declaração de inidoneidade.
XXV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	38. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 39. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	40. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 41. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	42. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 43. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVIII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	44. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 45. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a UFPA poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a empresa vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela UFPA ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

SUBCLÁUSULA QUARTA: A defesa a que alude o caput deste item poderá ser exercida pelo interessado, de acordo com o § 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93 no respectivo processo no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da UFPA que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela UFPA, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.



SUBCLÁUSULA SEXTA: O licitante/contratado será informado que está passível da aplicação da sanção e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999. Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplicação da sanção pela autoridade superior.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após a decisão sobre aplicação de qualquer penalidade ou não, o licitante ou contratado será comunicado e poderá, quando for o caso, impetrar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis. As razões do recurso serão novamente analisadas, agora em segunda instância no âmbito da UFPA (Conselho Superior de Administração – CONSAD), o qual decidirá pela manutenção ou não da decisão da autoridade superior.

SUBCLÁUSULA OITAVA: As penalidades serão obrigatoriamente registradas pela autoridade competente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e outros sistemas, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata e nas demais cominações legais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As cláusulas quanto ao recebimento do objeto registrado em ata, condições de fornecimento, do controle e alteração de preços, acréscimos e supressões, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações do contratante e da contratada, da fiscalização do fornecimento, da vigência e da eficácia, do cancelamento do Registro de Preços, das penalidades e sanções, do local, prazo de entrega e garantia do objeto, e demais disposições gerais, estão dispostas no instrumento convocatório deste certame licitatório, o Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, como se aqui estivessem integralmente transcritos (em observância ao art. 55, XI, da Lei 8666/93).

Além da sujeição às próprias cláusulas e às normas da Lei 8.666/93, a presente Ata regula-se também pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, especialmente, aos casos omissos.

As questões decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços do sitio Comprasnet.gov.br, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal da 1ª Região, Seção Judiciária de Belém, Estado do Pará, afastado qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Declaram as partes que esta Ata, vinculado a Ata de Registro de Preços do sitio Comprasnet.gov.br, corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E por assim estarem juntas e avençadas, assinam o presente instrumento, em via original, para todos os fins de direito e de Justiça:



Universidade Federal do Pará
Pró-Reitoria de Administração
Diretoria de Compras e Serviços

PROAD

Pela UFPA:

Prof. Dr. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO

Reitor da UFPA

CPF nº. 153.515.992-87

Pela LIZ PARA COMERCIO E SERVICOS LTDA:

LEUDICY MARIA DE SOUZA LEÃO

Representante legal da Empresa

CPF nº. 395.518.142-15

LIZ PARA
COMERCIO E
SERVICOS
LTDA:410819660
00188

Assinado de forma digital por LIZ
PARA COMERCIO E SERVICOS
LTDA:41081966000188
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PA,
l=Belem, ou=AC SOLUTI Multipla
v5, ou=15555884000118,
ou=Presencial, ou=Certificado PJ
A1, cn=LIZ PARA COMERCIO E
SERVICOS LTDA:41081966000188
Dados: 2022.09.13 18:44:58 -03'00'



Emitido em 21/09/2022

ATA Nº 2107/2022 - CAC (11.69.03.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/09/2022 15:48)

EMMANUEL ZAGURY TOURINHO

REITOR - TITULAR

REITORIA (11.01)

Matrícula: ###274#0

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número:
2107, ano: **2022**, tipo: **ATA**, data de emissão: **21/09/2022** e o código de verificação: **3d7a5d6f7e**